

## CONTRIBUTOS ESTRATÉGICO-MILITARES PARA A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS NO QUADRO DA OTAN E DA EU<sup>1</sup>

### STRATEGIC MILITARY CONTRIBUTIONS TO THE RELEVANCE OF THE PORTUGUESE SOVEREIGNTY SPACE WITHIN THE FRAMEWORK OF NATO AND THE EU

**Luís Carlos Falcão Escorrega**

Coronel Tirocinado de Infantaria  
Mestre em Estudos Estratégicos pelo *Command and General Staff College*, EUA  
Pós-graduado em Estratégia pelo ISOSP  
Pós-graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela UAL  
Auditor do Curso de Promoção a Oficial General no IUM  
Rua de Pedrouços s/n 1449-027 LISBOA  
luisescorrega@gmail.com

#### Resumo

O presente trabalho analisa a relevância estratégico-militar do espaço de soberania português, em particular, para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e para a União Europeia (UE).

A metodologia de investigação incluiu os seguintes processos e técnicas: abordagem dedutiva, metodologia qualitativa e estudo de caso. Os dados foram recolhidos através da análise documental e entrevistas, recorrendo-se a ferramentas de análise estratégica para o seu tratamento.

Dos resultados obtidos releva o contributo do espaço de soberania português para a mitigação das principais ameaças para a OTAN e UE, através das seguintes funcionalidades: vigilância e monitorização do Atlântico; *enablement* e mobilidade militar; profundidade estratégica e envolvimento nacional; combate às ameaças híbridas; promoção da resiliência; combate ao terrorismo e crime organizado; e mitigação das alterações climáticas.

Da análise da estratégia militar nacional neste âmbito, resulta a sua adequabilidade geral quanto aos fins, aceitabilidade quanto aos métodos, mas insuficiência de meios quanto à exequibilidade. Os principais contributos estratégico-militares para uma maior relevância do espaço de soberania português envolvem: reforço e modernização da Forças Armadas; reforço da presença e vigilância no Atlântico; desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas; ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas; e participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional.

**Como citar este artigo:** Escorrega L. C. F., (2025). Contributos Estratégicos para a Relevância do Espaço de Soberania Português no Quadro da OTAN e da EU. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XIII(2), 369-400. <https://www.ium.pt/publist/>

---

<sup>1</sup> Artigo publicado a partir de um trabalho de investigação individual realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General 2024/2025, cuja defesa ocorreu em julho de 2025, no Instituto Universitário Militar. A versão integral encontra-se disponível nos Repositórios Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

**Palavras-chave:** Espaço de Soberania Português; Estratégia Militar Portuguesa; Forças Armadas Portuguesas; Relevância Estratégica; Segurança Euro-atlântica.

### **Abstract**

*This paper explores the strategic and military relevance of Portugal's sovereign territory within the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the European Union (EU).*

*The study employed the following tools and methods: a deductive approach, a qualitative methodology and a case study design. Data were collected from interviews and documentary sources, and subsequently processed using strategic analysis tools.*

*The findings show that Portugal plays an important role in countering major threats to NATO and the EU within its sovereign territory by performing the following strategic functions: surveillance and control of the Atlantic; enhancing enablement and military mobility; providing strategic depth and national engagement; countering hybrid threats; building resilience; combating terrorism and organised crime, and; mitigating the effects of climate change.*

*While the national military strategy in this area is suitable in terms of objectives and acceptable in terms of methods, gaps were identified in terms of feasibility, as the resources needed for full implementation are insufficient. To enhance the military and strategic relevance of its sovereign territory, Portugal must enhance and modernise its Armed Forces; strengthen its presence and surveillance in the Atlantic, develop and upgrade its strategic infrastructure; invest in cyber defence and resilience against hybrid threats, and; participate in international missions, projects and cooperation initiatives.*

**Keywords:** *Portugal's Sovereign Territory; Portugal's Military Strategy; Portuguese Armed Forces; Strategic Relevance; Euro-Atlantic Security.*

## **1. Introdução**

A realidade estratégica mudou radicalmente nos últimos anos (Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional [CRCEDN], 2023, p.5). Além das denominadas “ameaças compartilhadas”<sup>2</sup>, dinâmicas conflituais como a anexação russa da Crimeia em 2014, a invasão da Ucrânia em 2022, a capacitação militar chinesa em curso, ou os questionamentos sobre a robustez dos laços que formam a Aliança Atlântica, são indicadores claros desta mudança, em que a predominância da *Global War on Terrorism* cede passo à velha *Power Politics* e o Poder dos Estados volta a determinar a realidade geopolítica global.

Neste contexto, diversas ameaças materializam-se através de novas tipologias e formas de concretização mais sofisticadas, representando desafios técnicos, táticos e até éticos: a incorporação da Inteligência Artificial (IA); a profusão e utilização de sistemas não tripulados; a proliferação de armas de destruição maciça - com vetores e sistemas de armas com maior

---

<sup>2</sup> Na sua grande maioria ameaças e riscos de cariz transnacional (Borges, 2024, p.19).

alcance, letalidade e precisão; as ameaças híbridas e o uso hostil de tecnologias emergentes e disruptivas, aumentando a necessidade de resiliência e proteção de infraestruturas críticas.

Neste quadro, as principais alianças que Portugal integra – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) – têm vindo a adaptar-se e a tomar medidas para, no âmbito da Segurança e Defesa, combater estas novas dinâmicas. A OTAN aprovou em junho de 2022 um novo “Conceito Estratégico”, seguindo-se à aprovação por parte da UE, em março do mesmo ano, do seu documento estrutural em matéria de Segurança e Defesa, intitulado “Bússola Estratégica para a Segurança e Defesa”.

Em Portugal a documentação estratégica de Defesa Nacional vigente<sup>3</sup> tem mais de dez anos, sendo reconhecida a necessidade de a rever, adaptando a Defesa Nacional às principais transformações no ambiente geoestratégico (CRCEDN, 2023, p. 2). Como qualquer documento enquadrador de uma *Grande Estratégia*, o novo CEDN, ou equivalente, deverá identificar, entre outros, os fins, métodos, meios e ameaças aos interesses nacionais, em que a geografia do espaço nacional, definida pelo triângulo estratégico formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, merecerá seguramente destaque primacial, como aliás aconteceu em todos os anteriores CEDN.

De facto, a morfologia triangular e atlântica da geografia física nacional sempre teve um papel estratégico relevante ao longo da existência lusa enquanto nação, seja no âmbito do reforço rápido da Europa, da profundidade estratégica em caso de ataque, do apoio logístico a operações militares no teatro europeu ou africano, da segurança marítima e do controlo aeronaval, do apoio e controlo de comunicações intercontinentais, entre outros.

É neste contexto estratégico geral que o presente estudo encontra o enquadramento para a importância do espaço de soberania português na atual conjuntura.

Considera-se assim que a necessidade de investigação da presente temática é justificada, resumidamente, pelas seguintes razões: para a OTAN e UE, por motivos diferentes, o território português foi relevante no passado, importando analisar a sua importância na atualidade; é pertinente verificar da atualidade da documentação estratégica nacional, em particular no âmbito estratégico-militar; não é conhecida nenhuma obra ou estudo recente que trate as particularidades do presente estudo; e, por fim, entende-se que a investigação poderá ser um contributo para a afirmação da estratégia militar enquanto área do conhecimento científico.

Neste quadro, o objeto da presente investigação é o **espaço de soberania português**, na perspetiva da sua importância estratégico-militar. No sentido de evitar a dispersão no estudo do assunto em causa, entende-se útil delimitar o tema nos domínios temporal, espacial e de conteúdo.

No *domínio temporal*, julga-se apropriado circunscrever a investigação ao período compreendido entre 2013 e a atualidade, em 2025. A razão prende-se com o facto de ter sido em 2013 que entrou em vigor um dos referentes principais desta investigação, que é o CEDN.

---

<sup>3</sup> De particular relevo no contexto deste trabalho de investigação são o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em 2013, o Conceito Estratégico Militar (CEM), as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA), e o Sistema de Forças (SF), aprovados em 2014.

Por outro lado, a invasão da Ucrânia em 2022 e consequentes adaptações da OTAN e UE, em curso, são dinâmicas estratégicas de tal forma relevantes que justificam a *atualidade* como limite temporal superior.

No *domínio espacial*, a delimitação centra-se no espaço definido pelos vértices do triângulo nacional formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, correspondente espaço interterritorial, e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.

No *domínio dos conteúdos*, ao centrar o estudo no âmbito da área científica da estratégia militar importa circunscrever a investigação à dimensão militar portuguesa; neste âmbito, a investigação é limitada à análise de obras, artigos e documentação estratégica relevante não classificada, nacional e internacional.

Sendo a definição clara dos objetivos de investigação um requisito fundamental da investigação académica, define-se como **Objetivo Geral (OG) o seguinte**: propor medidas estratégico-militares que possam contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE.

De modo a conhecer melhor o grau de cumprimento do OG, e a sua decomposição em aspetos mais elementares, estabelecem-se como Objetivos Específicos (OE) os seguintes:

– **OE1**: Analisar as potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para OTAN e para a UE.

– **OE2**: Analisar a capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos.

Como fio condutor da investigação, foi definida a seguinte **Questão Central**: *Que medidas estratégico-militares nacionais poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE?*

Em termos de estrutura, este artigo está organizado em cinco capítulos. Depois desta introdução faz-se o enquadramento teórico conceptual. Segue-se a metodologia e método utilizados, após os quais se descrevem os dados e a respetiva discussão dos resultados. Por fim, no quinto e último capítulo apresentam-se as conclusões da investigação.

## 2. Enquadramento teórico e conceptual

O presente artigo é realizado no âmbito da área científica principal do *Estudo das Crises e dos Conflitos Armados*, envolvendo alguns elementos de investigação nas áreas das *Operações Militares e das Técnicas e Tecnologias Militares*. Centrou-se a investigação na área científica secundária da *Estratégia Militar*, não deixando de incluir outras subáreas e conceitos que se enquadrem no seu corpo axiomático.

### 2.1. Estado da arte e revisão da literatura

#### 2.1.1. Quadro teórico de referência

Para um adequado enquadramento teórico e conceptual julga-se pertinente tecer breves considerações sobre o âmbito e o objeto da estratégia militar, enquanto ramo de especialização do estudo das crises e dos conflitos armados.

Relativamente ao âmbito da estratégia militar, aceita-se de uma forma simples a sua subordinação à *Grande Estratégia* e às decisões políticas, por um lado, bem como o seu papel enquadrador nas opções operacionais e táticas no quadro do emprego da força militar, por outro (Escorrega, 2013, p. 239). Devem distinguir-se na estratégia militar os aspetos operacionais (ligados à utilização e emprego dos meios), os aspetos genéticos (relacionados com a geração e criação de novos meios) e os aspetos estruturais (correspondentes à composição, organização ou articulação dos meios); na teoria da estratégia estes três aspetos denominam-se as suas disciplinas ou sub-estratégias (Ribeiro, 2009, p. 33).

Quanto ao seu objeto - o instrumento militar, materializado pelas Forças Armadas (FFAA) - como refere Santos, consubstanciam o fator militar do potencial estratégico, constituem a última garantia do poder do Estado e têm a finalidade de afirmar o poder nacional, em conjugação com todos os outros vetores (2012, pp. 18-19).

Contextualizada a temática no respetivo campo de estudos, importa identificar os conceitos mais relevantes. Pese embora haja uma plêiade de *conceitos enquadrantes* (ver Apêndice A) que foram utilizados ao longo da investigação, interessa analisar os *conceitos estruturantes*: *estratégia militar nacional, espaço de soberania português e relevância estratégica*.

Sobre **estratégia militar nacional**, entende-se que a sua caracterização principal já foi densificada no quadro teórico de referência, seja no seu âmbito ou no seu objeto, faltando, contudo, abordar a documentação nacional.

A documentação estratégica portuguesa relevante para a presente investigação envolve o CEDN, aprovado em 2013, e a documentação estratégico-militar resultante, aprovada em 2014, onde são definidas genericamente as missões, a organização e as capacidades do instrumento militar nacional; compreende o CEM, as MIFA, o SF e o Dispositivo de Forças (DIF). Além destes documentos, existem nos Ramos e no Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) diretivas estratégicas que importa ter em consideração.

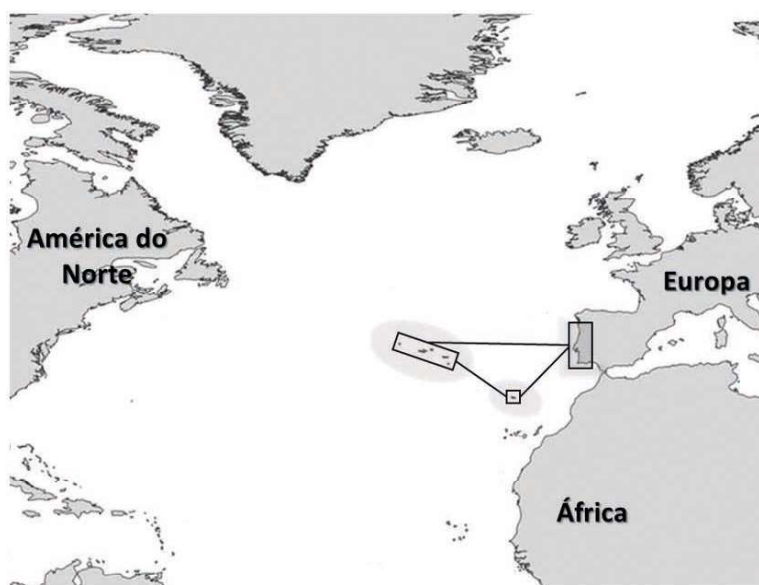
Sobre a estrutura, conteúdos e finalidade do edifício estratégico-militar nacional em vigor, há obras e trabalhos académicos que o caracterizam adequadamente, em diversas dimensões de análise. Realça-se a obra coordenada por Andrade, Santos, & Correia (2019), que aborda de forma exaustiva o desenvolvimento de capacidades militares no quadro do ciclo de planeamento militar nacional; também são relevantes alguns trabalhos de investigação produzidos no IUM, principalmente nos seguintes âmbitos: o planeamento estratégico de Defesa Nacional e o enquadramento do planeamento estratégico militar nacional (Loureiro, 2023); o conceito estratégico militar atual, quer no âmbito da forma, quer do conteúdo e atualidade (Cruz, 2023); ou o impacto dos conflitos de alta intensidade na estratégia militar nacional (Jacinto, 2023).

Há ainda diversos autores e artigos relevantes neste âmbito, que tratam da atualidade dos conceitos estratégicos de Defesa Nacional e militar face à invasão da Ucrânia, e consequentes impactos estratégicos, como o General Pinto Ramalho e as suas reflexões sobre o CEDN em vigor (Ramalho, 2023), ou o Major-General Vieira Borges com a perspetiva dos impactos da Guerra da Ucrânia no instrumento militar nacional e desafios (Borges, 2024).

O conceito de “**espaço de soberania**” remete *lato sensu* para aqueles espaços do Território Nacional (TN), terrestre, marítimo e aéreo, onde cada Estado exerce plena autoridade, não reconhecendo autoridade superior no plano externo.

No campo militar, em Portugal, o espaço de soberania tem estado tradicionalmente associado às missões de vigilância e controlo, incluindo a fiscalização, o policiamento aéreo e a vigilância terrestre dos espaços sob soberania e jurisdição nacional a fim de garantir a soberania, o cumprimento da lei e a salvaguarda dos interesses nacionais (Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM], 2014a, p.4). No âmbito da temática em estudo este conceito, per se, pode ser limitador porque, de acordo com as MIFA2014, o seu âmbito se resume aos “planos da segurança, da preservação e da proteção ambiental e da prevenção da criminalidade” (CCEM, 2014a, p. 4).

Assim, para efeito da presente investigação, considera-se espaço de soberania português como o espaço de interesse estratégico que corresponde ao TN – Portugal continental, Açores e Madeira – bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.



**Figura 1 – O espaço de soberania português e sua centralidade estratégica**

Fonte: Adaptado a partir de Escorrega (2010).

É um conceito que envolve as vertentes territorial, estratégica e jurídica, próximo do conceito de *Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente* (EEINP)<sup>4</sup> definido nas MIFA2014, mas que no âmbito dos objetivos desta investigação se julga adequado por abranger as dimensões mais relevantes.

<sup>4</sup> Cfr. definição no Apêndice A.

Existem diversos autores e obras publicadas, mais até no âmbito da geopolítica e do direito internacional, realçando-se, contudo, alguns artigos e autores como Leal (2007), que faz uma análise geopolítica e geoestratégica de Portugal, ou Fernandes (2014), que no quadro da geopolítica do Atlântico analisa a atualidade do triângulo estratégico português. Pela sistematização feita e pelas conclusões retiradas é ainda de realçar o artigo de Gomes (2022, p. 138) sobre as funções estratégicas dos Açores ao longo da história.

No contexto da presente investigação, e apesar de já terem sido publicadas há alguns anos, são ainda incontornáveis as obras do Comandante Virgílio de Carvalho, em particular “Cumprir agora Portugal” (Carvalho, 1987) e “A importância do mar para Portugal” (1995) onde escalpeliza a importância do *geofator* português para diversos países e organizações internacionais, das que se realça a OTAN.

**Relevância estratégica** é um conceito que, no campo de estudos em causa, nos remete para a importância relativa de Portugal, ou de alguma das suas dimensões, no contexto estratégico internacional, importando neste particular abordar dois conceitos notabilizados entre nós por Adriano Moreira – o do *poder funcional* e o da *soberania de serviço* – pela sua aplicabilidade à presente temática.

O *poder funcional*, detido pelos pequenos Estados, remete-nos para a “detenção de uma situação geográfica, de minerais raros, de fontes de energia como o petróleo, elementos que são indispensáveis ao funcionamento dos sistemas internacionais e que, portanto, também dão ao seu detentor a capacidade de *disfuncionar* tais sistemas” (Moreira, 1999, p. 438), conferindo aos seus detentores uma capacidade externa desproporcionada relativamente aos restantes fatores do Poder Nacional. A *soberania de serviço* invoca que “a reformulação das soberanias tende para as fazer corresponder a um modelo de soberania de serviço, cuja legitimidade reconhecida depende da prestação feita a favor da solidariedade interna e transnacional”<sup>5</sup> (Moreira, 2003, p. 15).

Entende-se assim que, neste contexto, fatores como a localização privilegiada e as possibilidades que tal permite, ou os serviços que pode prestar à comunidade internacional em diversas áreas, podem contribuir para a relevância estratégica nacional no âmbito da OTAN ou da UE, haja a capacidade nacional residente para tal.

Não se conhecem muitas obras e autores que tratem deste conceito em particular; releva a abordagem feita por Manen, Wijk, Dick, e Sweijts (2022) que o definem, caracterizam e quantificam, aplicando-o ao caso dos Países Baixos. Baseiam a relevância estratégica no grau de influência que um país exerce no sistema internacional e na dimensão e natureza da sua relação com outros países ou organizações, quantificando-a em quatro domínios: militar, económico, político e judicial. De mais interesse para o presente estudo é a descrição do domínio militar, caracterizando-o como a “medição das capacidades de coação militar de um Estado” (Manen et al., 2022, p. 9), associando a respetiva relevância à aptidão de um país para fazer a guerra e proteger os seus aliados (Manen et al., 2022, p. 11).

---

<sup>5</sup> I.e., um Estado cuja intervenção seja considerada útil à comunidade, pela qualidade e importância dos serviços prestados.

## 2.1.2. Documentação estratégica da OTAN e da UE

### 2.1.2.1. OTAN

Ao longo da sua história a OTAN tem-se adaptado continuamente aos desafios securitários, ajustando também a sua documentação estratégica. Na última década, e em particular depois da anexação da Crimeia pela Rússia, a OTAN tem vindo a reformular os seus planos e estruturas no sentido de reforçar a sua capacidade de dissuasão e de defesa coletiva.

Em 2020 aprovou o **Conceito para a Dissuasão e Defesa da Área Euro-Atlântica** (DDA), proporcionando um novo enquadramento para os Aliados contestarem, dissuadirem e se defenderem contra as principais ameaças – Rússia e Grupos Terroristas (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], 2024a). O conceito baseia-se em cinco pilares: 1) defesa do território da Aliança em 360°; 2) integração dos planos de defesa nacionais no planeamento da OTAN; 3) vigilância contínua em todos os domínios para dissuadir agressores; 4) reforço de forças organizado por área geográfica, prontidão e dimensão; e 5) flexibilidade operacional-estratégica e operações multidomínio, em toda a área de responsabilidade (Covington, 2023).

Na sequência do conceito DDA, em 2021 foram aprovados pela Aliança dois importantes documentos: a *Agenda NATO 2030* e o *NATO Warfighting Capstone Concept*.

A **Agenda NATO 2030** é um plano que visa fortalecer a Aliança e prepará-la para os desafios futuros. Serviu de base ao conceito estratégico de 2022 e define como medidas principais o aprofundamento da consulta e coordenação política, o fortalecimento dos mecanismos de dissuasão e defesa, a melhoria da resiliência coletiva e dos estados-membros e a preservação da vanguarda tecnológica da Aliança (2021).

O **NATO Warfighting Capstone Concept** visa desenvolver e manter a superioridade militar decisiva da Aliança, orientando a evolução das capacidades militares em cinco áreas principais: superioridade cognitiva, resiliência estratificada, influência e projeção de poder, comando e controlo nos diversos domínios e defesa multidomínio integrada (OTAN, 2023a).

Em 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, foi aprovado o **conceito estratégico da OTAN 2022**, onde são definidas as ameaças e desafios para a Aliança. O conceito identifica também como tarefas-chave a defesa e dissuasão, a prevenção e gestão de crises e a segurança cooperativa, enfatizando a necessidade de resiliência nacional e coletiva, referindo que vulnerabilidades e dependências estratégicas (em infraestruturas críticas, cadeias de abastecimento, energia, etc.) podem tornar-se riscos de segurança (OTAN, 2022).

Ainda no âmbito do edifício que resulta do conceito DDA, importa uma breve referência a duas iniciativas que sustentam as adaptações estratégico-militares da Aliança no âmbito estrutural e operacional: o novo modelo de forças da OTAN e a nova família de planos DDA.

O **novo modelo de forças** substitui a NATO Response Force por uma estrutura de forças organizada em três níveis de prontidão, incluindo uma *Allied Reaction Force* (ARF) (Deni, 2024). A nova **família de planos DDA**, inclui diversos planos de defesa, integrados com os planos nacionais, realçando-se os planos regionais (cfr. Figura 1) e os planos estratégicos para os diversos domínios (aéreo, terrestre, marítimo, forças de operações especiais, cibernético e espacial) (Covington, 2023).



Figura 2 – Áreas dos planos de defesa regionais e respetivos comandos de forças da OTAN  
 Fonte: Monaghan et al. (2024).

### 2.1.3 União Europeia

No quadro da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a documentação estratégica da UE compreende diversos instrumentos e mecanismos que, no âmbito do presente trabalho, apelam a uma maior participação e relevância de Portugal, realçando-se a Bússola Estratégica, a Estratégia de Segurança Marítima, a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa, e o Livro Branco sobre a Defesa Europeia – Prontidão 2030.

A **Bússola Estratégica**, aprovada em março de 2022, é um plano de ação que visa robustecer a segurança e defesa da UE, tendo como objetivo principal dotar a União de maior autonomia, capacidade e agilidade para enfrentar as ameaças à sua segurança (União Europeia [UE], 2022, pp. 11-12).

A **Estratégia de Segurança Marítima** é um plano que visa proteger os interesses marítimos da UE. Revista em 2023<sup>6</sup>, faz uma análise abrangente de ameaças e desafios, realçando-se: 1) *concorrência geopolítica*, concorrência por recursos e ameaças à liberdade de navegação; 2) *alterações climáticas e poluição marinha*; 3) *ameaças híbridas e ciberameaças*; e 4) *ameaças contínuas*, como o terrorismo, pirataria, tráfico de pessoas, armas e estupefacientes e pesca ilegal (UE, 2023a, pp. 7-9).

A **Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa**, aprovada em março de 2023, é um plano para fortalecer a resiliência dos ativos espaciais da UE e aumentar a capacidade de

<sup>6</sup> Originalmente era de 2014.

resposta a ameaças no espaço. Os principais objetivos envolvem: 1) a proteção de infraestruturas espaciais críticas; 2) o reforço da resiliência e autonomia estratégica da UE; 3) a resposta a ameaças no espaço; e 4) a cooperação com parceiros internacionais (UE, 2023b).

O **Livro Branco sobre a Defesa Europeia – Prontidão 2030**, publicado em março de 2025, define uma estratégia para fortalecer as capacidades de defesa da UE no sentido de a tornar mais autónoma e robusta. O documento estabelece como principais objetivos: 1) melhoria das capacidades militares<sup>7</sup>; 2) incremento do apoio à Ucrânia; 3) fortalecimento da indústria de defesa europeia; 4) mais investimentos conjuntos na defesa; 5) aumento da prontidão europeia para os piores cenários; e 6) fortalecimento de parcerias. Associado a este documento está um plano – **Plano ReArm Europe** – que proporciona novos meios e instrumentos financeiros aos Estados-Membros da UE no sentido de fomentar o investimento nas capacidades de defesa pan-europeias (UE, 2025a, pp. 1-2).

## 2.2. Modelo de análise

Feito o enquadramento, importa apresentar as linhas condutoras da investigação, materializadas no modelo de análise sistematizado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Modelo de análise**

<b>OBJETO DE ESTUDO</b>	O espaço de soberania português, na perspetiva da sua importância estratégico-militar.				
<b>ABORDAGEM METODOLÓGICA</b>	Definição do raciocínio: dedutivo; Definição da estratégia: qualitativa; Desenho de pesquisa: estudo de caso.				
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Propor medidas estratégico-militares que possam contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE.				
<b>QUESTÃO CENTRAL</b>	Que medidas estratégico-militares nacionais poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE?				
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES DERIVADAS</b>	<b>CONCEITOS ESTRUTURANTES</b>	<b>DIMENSÕES</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>TÉCNICAS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS</b>

<sup>7</sup> Identifica sete áreas/capacidades principais: defesa antiaérea; sistemas de artilharia; munições e mísseis; *Unmanned Aerial Vehicles* (UAV) e sistemas anti-UAV; mobilidade militar; tecnologias avançadas (IA, computação quântica, guerra cibernética e eletrónica); infraestruturas estratégicas (transporte aéreo, reabastecimento, capacidades marítimas e espaciais) (UE, 2025a, pp. 6-7).

[Cont.]

OE1. Analisar as potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para OTAN e para a UE.	QD1. De que forma o espaço de soberania português é estrategicamente relevante para a OTAN e para a UE?	Espaço de Soberania Português	Geográfica; Estratégica	Fatores geoestratégicos; Funcionalidades estratégicas.	Análise documental (tratados, conceitos estratégicos); Entrevistas a entidades nacionais.
		Relevância Estratégica Nacional	Estratégico-militar	Interesses; Ameaças.	
OE2. Analisar a capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos.	QD2. Em que medida o instrumento militar nacional está apto para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos?	Estratégia Militar Nacional	Genética; Estrutural; Operacional.	Adequabilidade (face aos fins); Aceitabilidade (face aos métodos); Exequibilidade (face aos meios).	Análise documental (tratados, conceitos estratégicos); Entrevistas a entidades nacionais.

### 3. Metodologia e método

Neste capítulo aborda-se a metodologia e método utilizados na presente investigação.

#### 3.1. Metodologia

Relativamente à definição do raciocínio, optou-se por uma **abordagem dedutiva**, em que, partindo de um quadro teórico consolidado – teoria geral da estratégia – se procurou uma verdade particular, neste caso as especificidades estratégico-militares do espaço de soberania português que contribuem para a sua relevância para a OTAN e UE. Optou-se ainda por omitir as hipóteses porque se entende que a natureza do objetivo da investigação e a questão central associada implicariam hipóteses demasiado amplas.

A *estratégia de investigação*, tendo em consideração o seu carácter holístico, baseou-se exclusivamente em **metodologias qualitativas**. Quanto ao *desenho de pesquisa*, em virtude da sua natureza essencialmente empírica e descritiva, elegeu-se o **estudo de caso**, sendo recolhida e analisada informação de uma unidade de observação – o espaço de soberania português.

#### 3.2. Método

##### 3.2.1. Participantes

Foram efetuadas entrevistas a especialistas (académicos e quadros superiores de entidades ligadas ao planeamento estratégico) e decisores nacionais, tendo participado na investigação quatorze entidades (cfr. Apêndice B).

##### 3.2.2. Procedimento

O percurso metodológico que se seguiu foi faseado. Inicialmente, uma investigação baseada na pesquisa monográfica e documentação estratégica nacional e internacional;

paralelamente, efetuou-se trabalho de campo baseado na realização de entrevistas aos participantes no estudo; posteriormente, efetuou-se a análise dos dados, conclusões e propostas de investigação, validando também assim o percurso metodológico.

### 3.2.3. Instrumento(s) de recolha de dados

Além da análise documental, o principal instrumento de recolha de dados foi a **entrevista qualitativa semiestruturada**, baseada em guião, tendo as entrevistas sido realizadas de forma presencial e/ou telemática.

### 3.2.4. Técnica(s) de tratamento dos dados

Além da análise documental e da síntese das ideias-chave das entrevistas, agrupadas por indicador, foram utilizadas ferramentas utilizadas no planeamento estratégico, como a análise **fins-métodos-meios**<sup>8</sup>, mas também as “provas da estratégia” – **adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade**<sup>9</sup> – para verificação da sua validade (Ribeiro, 2009, p. 27). As dimensões e os indicadores estão relacionados com o âmbito da estratégia, principalmente no que concerne à geração, organização e emprego dos meios para atingir objetivos.

## 4. Apresentação dos resultados

### 4.1. Relevância do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE

Como referido anteriormente, é reconhecida a importância do espaço de soberania português ao longo da história. A disponibilização de funcionalidades estratégicas em favor de interesses aliados e a capacidade de “articulação com outros espaços geopolíticos, através da sua inserção em espaços multilaterais” (J. Palmeira, entrevista por email, 31 de março de 2025), tem permitido maximizar o *poder funcional* português no concerto das nações.

Além de importantes infraestruturas aeroportuárias e de uma relevante Zona Económica Exclusiva (ZEE) Portugal possui uma localização geoestratégica singular na confluência do Atlântico Norte, Mediterrâneo Ocidental e Atlântico Sul, tornando-se um ponto nevrálgico para a mitigação das ameaças no âmbito da segurança euro-atlântica.

Neste quadro, importa analisar os interesses e a relevância do espaço de soberania português face às principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE<sup>10</sup>, agrupados em quatro áreas: 1) agressão militar e conflitos geopolíticos; 2) ameaças híbridas e cibernéticas; 3) terrorismo e crime organizado; e 4) mudanças climáticas e crises humanitárias.

---

<sup>8</sup> *Ends-Ways-Means*; criada por Arthur Lykke, no âmbito da teorização sobre estratégia militar (Lykke, 2001).

<sup>9</sup> Ver definições no Apêndice A.

<sup>10</sup> Apesar dos esforços recentes na defesa da ordem europeia de segurança e na capacitação de Defesa, a UE reconhece que a OTAN continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros, pelo que na maior parte das situações partilha e complementa as estratégias definidas pela Aliança Atlântica (UE, 2022, p. 2).

#### 4.1.1. Agressão militar e conflitos geopolíticos

Tanto a OTAN como a UE consideram a agressão militar por parte da Rússia à Europa como a principal ameaça à segurança europeia. Para fazer face a esta ameaça, Portugal tem um papel relevante em diversas áreas.

**Vigilância e monitorização do Atlântico.** No quadro do conceito DDA, as atividades de vigilância são fundamentais para a defesa e dissuasão euro-atlântica, em particular na monitorização de meios militares russos de superfície, subsuperfície e aéreos (*Allied Maritime Command*, 2024). A posição atlântica de Portugal comete ao país uma importante participação na vigilância das principais rotas marítimas internacionais e no controlo do espaço aéreo estratégico, contribuindo para a dissuasão no Atlântico e “prevenindo ameaças híbridas, como a atividade submarina hostil, o crime organizado e o tráfico ilícito” (J.M. Sousa, entrevista por email, 28 de março de 2025).

Neste âmbito, é de realçar o prestígio, influência e proventos que Portugal pode também retirar da correta assunção das responsabilidades na monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo no Atlântico, particularmente as que decorrem do sistema de busca e salvamento, do controlo de tráfego aéreo ou da segurança marítima (Escorrega, 2010, p. 14).

**Enablement e mobilidade militar.** A OTAN define *enablement*<sup>11</sup> como o conjunto de atividades associadas ao planeamento militar, que visam a criação de condições para o reforço e sustentação das forças em tempo de paz, de crise ou de conflito (2025a). Com importância renovada em virtude da ação militar russa na Ucrânia, a OTAN reconhece o papel central do *enablement* e da logística no apoio às operações militares, tendo inclusive criado um comando operacional<sup>12</sup> cuja missão principal é garantir que as forças da Aliança se possam movimentar rapidamente e em grande escala quando necessário (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16). Fundamental para o *enablement* é o conceito de *Reinforcement and Sustainment Network* (RSN), uma rede de portos, aeroportos e corredores de mobilidade que conduzem a potenciais áreas de emprego (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16).

Neste âmbito, o apoio dos estados-membros é vital, garantindo que as forças estão habilitadas a entrar, transitar, alcançar e operar de forma eficaz e rápida em todo o território da Aliança com as estruturas de apoio e meios necessários (OTAN, 2025a). Além das infraestruturas aeroportuárias e campos militares<sup>13</sup> que possui nos três vértices do triângulo estratégico nacional, “a posição geográfica de Portugal facilita a receção, sustentação e trânsito de forças aliadas, consolidando o seu contributo para a mobilidade militar da Aliança” (P.J. Mateus, entrevista por videochamada, 20 de fevereiro de 2025).

**Profundidade estratégica e envolvimento nacional.** A relevância do espaço de soberania português relaciona-se não só com a profundidade estratégica que o território

<sup>11</sup> Na UE, o equivalente é a “mobilidade militar”, referindo-se às atividades que facilitam e permitem o reforço de forças (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 12).

<sup>12</sup> O *Joint Support and Enabling Command* (JSEC).

<sup>13</sup> Como a Base Naval de Lisboa, o Porto de Sines, a Base Aérea das Lajes nos Açores, o Aeródromo de Manobra N.º 3 em Porto Santo, ou o Campo Militar de Santa Margarida.

português confere, mas também com a participação de forças de combate portuguesas no âmbito da família de planos DDA.

A profundidade estratégica que o espaço de soberania português proporciona, relativamente aos teatros de operações no centro e leste da Europa, “confere-lhe um papel crítico como retaguarda segura para a OTAN e UE” (J.M. Sousa, *op. cit.*).

No quadro da família de planos DDA, em que os planos de defesa nacionais são integrados com os planos regionais da Aliança, as forças militares nacionais poderão participar e ter tarefas no espectro total das suas missões e capacidades. A tipologia, local e nível da participação de forças portuguesas nos três níveis de prontidão e/ou da ARF, resultará principalmente da negociação e aceitação de compromissos no âmbito da defesa coletiva, dentro ou fora do espaço de soberania nacional.

#### 4.1.2. Ameaças híbridas

As ameaças híbridas aparecem como cimeiras nas listas de ameaças da OTAN e da UE, havendo inclusive uma cooperação muito próxima neste domínio entre ambas as organizações (OTAN, 2024b); contudo, e apesar da existência e incremento de instrumentos para o combate coletivo às ameaças híbridas, a principal responsabilidade pela luta contra estas ameaças cabe a cada Estado-Membro (UE, 2025b).

Para fazer face a esta ameaça, o espaço de soberania português pode ter um papel relevante no seu combate, mas também no âmbito da promoção da resiliência.

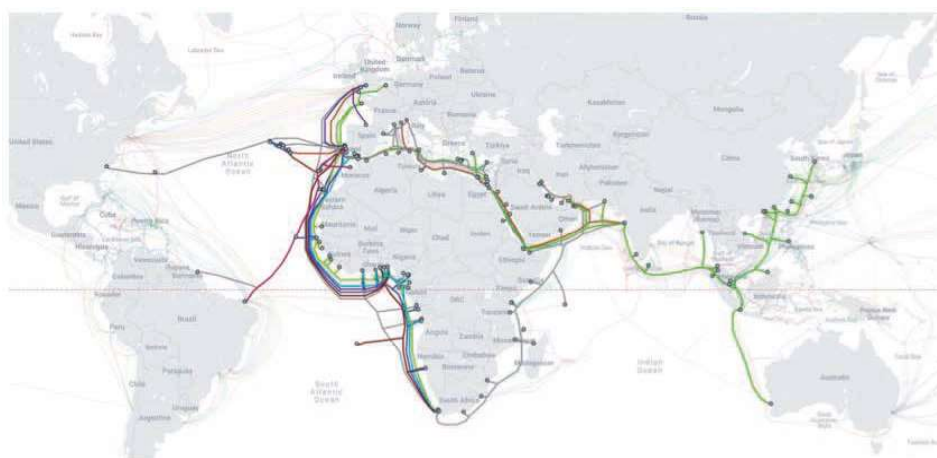
**Combate às ameaças híbridas em diversos domínios.** Em virtude da sua localização, das suas infraestruturas críticas, ou das suas responsabilidades no âmbito das organizações internacionais que integra, Portugal tem um papel importante no combate às ameaças híbridas, em particular nos domínios marítimo, do ciberespaço e espacial.

No domínio marítimo, Portugal tem jurisdição sobre cerca de metade das águas marinhas da UE, e sobre uma vasta área de solo e subsolo marinhos no Atlântico Nordeste, facto que ilustra a relevância do espaço de soberania português para a UE, mas também as responsabilidades acrescidas que Portugal tem de assumir nas questões ligadas à governação e segurança do oceano, em que o combate às ameaças híbridas em ambiente marinho representa um aspeto importante (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 68/2021, de 06 de maio, 2021).

Acresce ainda o facto de as águas nacionais serem atravessadas por cerca de 10% do total dos cabos submarinos internacionais (cfr. Figura 2) – cruciais para a resiliência da rede global de telecomunicações – tendo Portugal um papel relevante na monitorização da estrutura e respetiva proteção física<sup>14</sup> e na promoção da cooperação internacional (Barros & Bernardino, 2025, p. 1).

---

<sup>14</sup> As principais causas de interrupção sobre os cabos submarinos são: desastres naturais; atividades humanas (v.g. pesca de arrasto ou ancoragem de embarcações); falhas do equipamento; e ciberataques (Barros & Bernardino, 2025, p. 2).



**Figura 3 – Mapa dos cabos submarinos que ligam Portugal ao mundo**

Fonte: Radovic & Rendek (2024).

Os ciberataques e a cibercriminalidade estão a aumentar em toda a Europa, tanto em número como em grau de sofisticação, devendo essa tendência “continuar a aumentar no futuro” (UE, 2024), degradando a infraestrutura crítica, interferindo nos serviços governamentais, extraindo informações, roubando propriedade intelectual e impedindo atividades militares (OTAN, 2022, p. 5).

Tal como no resto da Europa, também em Portugal o número de ataques cibernéticos tem crescido de forma alarmante nos últimos três anos, não só no âmbito da cibercriminalidade, mas também no âmbito da segurança das infraestruturas críticas nacionais, com incidentes a afetarem serviços essenciais, como energia, transportes e saúde (Ledo, 2024). Esta possibilidade crescente de ocorrência de ciberataques a cabos submarinos, a organismos internacionais<sup>15</sup> sediados no TN, a grupos económicos ou a órgãos do Estado, convoca Portugal a assumir um papel ativo neste âmbito, nacional e internacionalmente.

No domínio espacial, a OTAN (2022, p. 5) e a UE (2023b) reconhecem a natureza estratégica do espaço e consideram que os concorrentes estratégicos e potenciais adversários estão a investir em tecnologias que podem degradar as capacidades espaciais dos estados-membros e restringir o acesso e liberdade de ação no espaço, afetando a Defesa e a Segurança dos estados-membros.

Portugal tem vindo a aumentar a sua presença no setor espacial nos últimos anos, apostando na inovação, no desenvolvimento tecnológico e na criação de infraestruturas para apoiar a indústria aeroespacial; o seu posicionamento atlântico, particularmente dos Açores,

<sup>15</sup> V.g. a Agência Europeia de Segurança Marítima, a Estação de Rastreamento de Lançadores de Satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), o *NATO Joint Analysis & Lessons Learned Centre* (JALC), a *NATO Communications and Information Academy* (NCIA), ou a *Naval Striking and Support Forces NATO* (STRIKFORNATO).

facilita a instalação de infraestruturas de observação e medida, num espectro não alcançável ou replicável em nenhum outro país, o que representa uma efetiva vantagem comparativa (Agência Espacial Portuguesa [AEP], 2018, p. 9). Além disso, a localização do arquipélago oferece ainda ótimas condições para o lançamento de satélites – através do porto espacial de Santa Maria – infraestrutura importante para o futuro da Europa no espaço (AEP, 2024).

**Promoção da resiliência.** No conceito estratégico da OTAN<sup>16</sup> é reconhecida a importância primacial da resiliência nacional e coletiva para a dissuasão e defesa da Aliança (2022, p. 7). Para tal, é imprescindível que cada estado-membro reavalie as suas próprias vulnerabilidades e desenvolva os mecanismos necessários para resistir a um grande choque – como um desastre natural, uma falha de infraestruturas críticas ou um ataque híbrido ou armado – sendo entendido que os esforços individuais nacionais para robustecimento da resiliência tornam a Aliança coletivamente mais forte (OTAN, 2024c).

Para a OTAN, a eficácia da resiliência implica o envolvimento de toda a sociedade e a utilização de toda a gama de capacidades militares e civis, envolvendo os domínios público e privado (2023b). Num quadro em que a localização do espaço de soberania português é potenciadora de um conjunto de riscos e ameaças à segurança nacional e europeia – v.g. ameaças híbridas (como ciberataques ou a disrupção de cabos submarinos), ataques terroristas ou desastres naturais (como inundações, incêndios e terremotos) – em setores como a energia, transportes, infraestruturas digitais e espaço, é fundamental a cooperação civil-militar na promoção da resiliência nacional, reforçando também assim a relevância de Portugal no quadro da OTAN e UE.

#### 4.1.3. Terrorismo e crime organizado

A OTAN (2024d, p. 2) e a UE (2022, p. 11) classificam o terrorismo e o crime organizado como ameaças graves à segurança internacional, merecendo especial atenção a região do entorno meridional da Europa. A instabilidade nesta região, com efeitos negativos na segurança euro-atlântica, associada ao posicionamento e responsabilidades de Portugal nas alianças que integra, impõem ao país uma importante funcionalidade no âmbito da proteção do flanco sudoeste da Europa.

**Segurança da fronteira ocidental da Europa.** De acordo com o mais recente Relatório de Segurança Interna (RASI 2024), o terrorismo internacional de matriz islamista continuou, em 2024, a ser uma das principais ameaças suscetíveis de se projetar sobre o entorno geográfico de Portugal e sobre os interesses nacionais no exterior (Sistema de Segurança Interna, 2025, p. 27). O mesmo relatório refere ainda que o TN permanece como ponto relevante para as estratégias de organizações criminosas transnacionais, quer para o desenvolvimento de atividades criminosas diretas, quer como espaço de recuo (2025, p. 31).

Em virtude da localização do seu espaço de soberania e da extensão da sua fronteira marítima, Portugal tem um papel muito relevante na defesa das fronteiras externas da UE,

---

<sup>16</sup> E, de forma semelhante, na Bússola Estratégica da UE (UE, 2022, p. 27).

em especial em áreas como a vigilância e controlo das fronteiras, na fiscalização, deteção e rastreio do tráfico ilícito nos espaços marítimo e aéreo sob responsabilidade nacional, na proteção das rotas comerciais, entre outros.

Na OTAN, Portugal tem um papel muito importante no quadro da abordagem de 360° à dissuasão e à defesa, com especial relevância para a iniciativa *NATO Hub for the South*, concebida para aprofundar o conhecimento da Aliança acerca das dinâmicas regionais do norte de África, médio-oriente, Sahel, África subsariana e áreas adjacentes, em áreas como a prevenção de conflitos, luta contra o terrorismo, ou desenvolvimento socioeconómico (OTAN, s.d.).

#### 4.1.4. Alterações climáticas

O conceito estratégico da OTAN define as alterações climáticas como um “desafio definidor do nosso tempo”, podendo agravar conflitos, a fragilidade de Estados e a competição geopolítica, além ter impacto na forma como as FFAA operam (2022, p. 6). A Aliança coloca especial ênfase na região da vizinhança sul, onde os efeitos das alterações climáticas<sup>17</sup>agravaram conflitos e promoveram a deslocação em massa de pessoas, com impacto direto na segurança euro-atlântica (2024d, p. 24).

No mesmo sentido, a UE considera que as alterações climáticas não são apenas ameaças em si mesmas, mas também fatores potenciadores de riscos, aumentando o potencial de instabilidade social, económica e política e de conflito em países frágeis, com consequências diretas para a segurança mundial e regional (2022, p. 26).

Neste âmbito, em função da sua localização e características geográficas, Portugal tem um relevante contributo no combate e adaptação coletiva às alterações climáticas.

**Mitigação dos impactos das alterações climáticas.** Devido às suas características geográficas, Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade às alterações climáticas, confrontando-se com riscos como a erosão da costa, a seca, os incêndios rurais, o lixo marinho nas praias, os acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, entre outros (Agência Portuguesa do Ambiente [APA] 2024a, pp. 15-16).

Por outro lado, pela extensão da sua linha de costa, posição biogeográfica, capacidades e conhecimentos científicos que possui nesta área, Portugal tem um papel relevante no quadro das organizações internacionais que integra, devendo contribuir ativamente para o combate às alterações climáticas, proteção e restauro ambiental e conservação da biodiversidade marinha, procurando mobilizar a comunidade internacional na procura de soluções globais (RCM n.º 68/2021, p. 32).

Tal como referido no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), Portugal tem tido também uma posição de destaque em relação à redução de emissões de gases com efeito de estufa e à aposta nas fontes de energia renovável (APA, 2024b, p. 4), posicionando o país como um líder na ação climática a nível europeu e global (Presidência do Conselho de Ministros, 2025).

<sup>17</sup> Como a escassez de água, os efeitos na produção de alimentos e na estabilidade social (2024d, p. 24).

#### 4.2. Da adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade da capacidade estratégica militar nacional atual, no quadro dos compromissos internacionais assumidos

A estratégia militar nacional atual tem por base, principalmente<sup>18</sup>, a documentação aprovada em 2014. Para aquilatar da capacidade estratégica militar nacional importa analisá-la, recorrendo à ferramenta de análise estratégica fins-métodos-meios<sup>19</sup>, mas principalmente às “provas da estratégia” – adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade.

**Adequabilidade (quanto aos fins).** Da análise documental e das entrevistas efetuadas, pode-se inferir que, apesar de exigir uma adaptação contínua e de enfrentar desafios importantes em virtude da evolução do contexto geopolítico e da sofisticação das ameaças, a estratégia militar nacional está de uma forma geral adequada quanto aos seus fins.

Os cenários e objetivos definidos no CEM estão alinhados com o contexto estratégico definido pela OTAN e UE, seja no âmbito da defesa coletiva, ou da segurança cooperativa; é de realçar, contudo, que apesar de as ameaças identificadas na documentação nacional incluírem as ameaças que atualmente se possam materializar no espaço de soberania português, os documentos da OTAN e UE identificam claramente a Rússia como a ameaça mais perigosa e põem uma maior ênfase no impacto das ameaças híbridas, seja no espaço, ciberespaço, no fundo dos mares ou domínio informacional.

De qualquer das formas, como refere J.N. Fonseca, a estratégia militar nacional está, no seu essencial, adequada aos desafios atuais, demonstrando “alinhamento com os princípios e exigências da OTAN e da UE” (*op. cit.*).

Aceitabilidade (quanto aos métodos). Os métodos – operacionalizados através de ações e missões das FFAA – para cumprir os objetivos estratégico-militares definidos na documentação, estão devidamente enquadrados pela legislação nacional e alinhados com a doutrina aliada em vigor.

Contudo, não são feitas referências à abordagem multidomínio; esta abordagem é hoje a principal forma de pensar e planear a utilização do instrumento militar na OTAN, devendo por isso constar da documentação estratégia militar. Tal como refere N.L. Pires (entrevista presencial, 19 de fevereiro de 2025) “temos de nos aproximar cada vez mais de uma doutrina estrutural, genética e de emprego de força que seja cada vez mais multidomínio; não podem ser separadas”.

Também no âmbito das ameaças híbridas, além da ciberdefesa, a documentação estratégica nacional não identifica ações e/ou missões estratégico-militares específicas para o seu combate, importando por isso uma atualização neste domínio.

---

<sup>18</sup> Mas não só. Desde 2014 foram emitidas orientações e diretivas, pelo EMGA e pelos Ramos, que foram atualizando e adaptando as dinâmicas militares nacionais ao contexto interno e externo.

<sup>19</sup> Por limitações de espaço não é apresentada no presente artigo, mas a documentação estratégico-militar em vigor define de forma clara as ameaças, os fins (objetivos estratégicos militares), os métodos (conceito de ação militar e respetivas ações militares e missões) e os meios (estruturas, forças e capacidades militares).

**Exequibilidade (quanto aos meios).** Da análise documental e das respostas recebidas é possível inferir que existe insuficiência de meios em três áreas: financeira, recursos humanos e equipamentos/capacidades.

As lacunas nos meios financeiros prendem-se fundamentalmente com a necessidade de mais investimento em Defesa. Apesar de a Lei de Programação Militar continuar a permitir a atualização de capacidades militares, não só existem dificuldades de diversa natureza na sua execução<sup>20</sup>, como também é indispensável elaborar uma nova lei, dotando-a de recursos financeiros que permitam reforçar áreas de capacidade, onde existem lacunas críticas (Ribeiro, 2025). Acresce que o país, como membro da OTAN e num contexto de crescente pressão para fazer face às novas ameaças globais, se comprometeu a aumentar significativamente o gasto em Defesa (E.M. Ferrão, entrevista por *email*, 10 de abril de 2025).

As dificuldades em meios humanos das FFAA não são recentes, sendo que, de 2015 a 2024, o número de militares diminuiu cerca de 25% (cfr. Quadro 2), estando atualmente “muito aquém das necessidades das FFAA” (Decreto-Lei n.º 64/2024, de 30 de setembro). Neste domínio, em que o cumprimento eficaz das missões das FA implica a existência de um número adequado de recursos humanos, “as dificuldades na retenção e recrutamento de pessoal qualificado comprometem a capacidade de resposta e a sustentabilidade operacional das FFAA” (J.M. Sousa, *op. cit.*).

**Quadro 2 – Evolução dos efetivos militares das FFAA entre 2015 e 2024**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Oficiais</b>	6829	6783	6835	7030	6793	6843	6787	6684	6673	6714
<b>Sargentos</b>	11016	10442	10146	9856	9834	9553	9300	9270	9208	9115
<b>Praças</b>	14003	13137	11607	11449	10286	9732	9547	8569	7957	7829
<b>TOTAL<sup>21</sup></b>	<b>31848</b>	<b>30362</b>	<b>28588</b>	<b>28335</b>	<b>26913</b>	<b>26128</b>	<b>25634</b>	<b>24523</b>	<b>23838</b>	<b>23658</b>

Fonte: (DGRDN, *email*, 29 de abril de 2025).

Relativamente aos equipamentos/capacidades, decorrente da análise documental e das diversas entrevistas, é possível identificar diversas condicionantes à exequibilidade da estratégia militar, principalmente no âmbito da necessidade de modernização, reforço e desenvolvimento de meios e/ou capacidades, tendo em vista a vigilância e dissuasão de ameaças e a proteção e resiliência de infraestruturas no espaço de soberania nacional.

No Quadro 3 são identificadas as principais lacunas de capacidades/meios, as quais resultam, principalmente, da análise documental comparativa e das diversas entrevistas<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Como a complexidade dos procedimentos de contratação, as dificuldades de fornecimento de equipamentos em virtude da guerra na Ucrânia, a disponibilização tardia da transição de saldos, etc. (Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional [DGRDN], 2023, p. 8).

<sup>21</sup> Os dados incluem os efetivos globais militares dos quadros permanentes, nas diversas situações (ativo e reserva), e dos regimes de voluntariado e contrato. Não estão contabilizados os efetivos em formação inicial.

<sup>22</sup> Todas as entrevistas recebidas por e-mail e os registos sonoros das entrevistas feitas a distância estão disponíveis para consulta no acervo do autor; no entanto, por limitação de espaço não são transcritas no presente artigo.

**Quadro 3 – Principais lacunas/necessidades no âmbito das capacidades/equipamentos**

NECESSIDADES	LACUNAS DE CAPACIDADES/EQUIPAMENTOS
<b>De modernização ou reforço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Capacidade de C2, tendo em vista a interoperabilidade e a integração multidomínio, nacional e aliada;</li> <li>– Capacidade de proteção e sobrevivência, necessária para assegurar a resiliência e a liberdade de ação;</li> <li>– Capacidade de defesa imediata e integrada dos arquipélagos;</li> <li>– Meios navais e aéreos para reforço das capacidades antissubmarino em face da crescente atividade submarina hostil;</li> <li>– Meios associados à vigilância e fiscalização marítima e aérea, ao policiamento aéreo, e à vigilância terrestre, melhorando a consciência situacional no espaço de soberania nacional;</li> <li>– Meios de defesa aérea e antiaérea;</li> <li>– Articulação com as FSS, particularmente em questões de combate ao terrorismo, desastres naturais e proteção de infraestruturas críticas.</li> </ul>
<b>De criação ou desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Arquitetura multidomínio, incluindo a capacidade espacial e cibernética;</li> <li>– Adaptação à guerra híbrida, com o desenvolvimento de tecnologias emergentes, IA e sistemas autónomos de natureza diversa;</li> <li>– Participação da população na defesa do território através de atividades insurgentes;</li> <li>– Requalificação de infraestruturas estratégicas, civis e militares, que permitam a utilização do TN para a promoção da resiliência, do <i>enablement</i> e da mobilidade militar aliada (incluindo a projeção rápida de forças), em caso de necessidade.</li> </ul>

#### **4.3. Contributos estratégico-militares nacionais para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE**

No sentido de *identificar os fatores que, no nível estratégico militar, poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e UE e assim poder responder à QC da investigação*, recorreu-se principalmente às entrevistas efetuadas, que se constituem como fontes relevantes e credíveis no nível estratégico nacional. Os contributos que se seguem, agrupados por áreas, são sugestões que visam a valorização do instrumento militar nacional no seu papel de promoção da relevância do espaço de soberania português, particularmente, no contributo para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE.

**Reforço e modernização do instrumento militar nacional.** A capacitação das FFAA é fundamental para a relevância do espaço de soberania nacional, pois permite: 1) proteger a fronteira ocidental da Europa no ar, na terra e no mar, as rotas e infraestruturas de comunicação e energia; 2) cumprir as obrigações do país de uma forma credível no quadro dos compromissos internacionais assumidos; e 3) projetar a utilidade do espaço de soberania português para a defesa e segurança coletiva. Para além do reforço, atualização e desenvolvimento das capacidades e meios identificados no Quadro 3, é reconhecida a necessidade de um instrumento militar nacional competente e equilibrado nas suas capacidades e meios, materializado numa FFAA “prontas, flexíveis, interoperáveis e tecnologicamente inovadoras, aptas a cumprir com credibilidade as missões que lhes estão atribuídas” (EMGFA, 2023, p. 2).

**Reforço da presença e vigilância no Atlântico.** O instrumento militar nacional tem um papel fundamental na dissuasão e combate das ameaças e desafios à segurança euro-atlântica

(no âmbito da defesa coletiva ou da segurança cooperativa), na mitigação de riscos globais (como as alterações climáticas ou as tecnologias emergentes e disruptivas), na monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo, bem como na proteção das infraestruturas de comunicações e energia; neste contexto, é essencial o reforço da presença militar, proteção, e capacidade de vigilância marítima<sup>23</sup>, aérea<sup>24</sup> e terrestre<sup>25</sup>.

**Desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas.** O desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas, como as bases e campos militares, promovem a relevância do país para a OTAN e UE. A modernização dessas infraestruturas, no continente e ilhas, irá permitir contribuir para: 1) o *enablement* e mobilidade militar da OTAN e UE; 2) uma maior, melhor e mais rápida capacidade de projeção de poder no Atlântico (e nos teatros de operações da Europa e Norte de África); e 3) a profundidade estratégica na Europa, em caso de necessidade.

De entre as diversas medidas neste âmbito, realçam-se: a criação de um *hub* logístico da OTAN em Portugal para o *enablement* e sustentação das forças aliadas (P.J. Mateus, *op. cit.*); a expansão e modernização das infraestruturas militares nacionais em locais estratégicos, no continente e ilhas, fortalecendo a sua utilização para operações conjuntas (E.M. Ferrão, *op. cit.*); o estabelecimento de centros de treino de alta capacidade para operações conjuntas, a fim de garantir a interoperabilidade entre as FFAA nacionais e os aliados (E.M. Ferrão, *op. cit.*).

**Ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas.** A materialização de ameaças híbridas nos diversos domínios do espaço de soberania português poderá ter fortes impactos para o país, mas também para a OTAN e UE, sendo por isso necessário promover a sua mitigação e também a resiliência nacional, principalmente no âmbito das infraestruturas críticas e sistemas de informação.

O desenvolvimento de sistemas de aviso antecipado, o reforço da capacidade de ciberdefesa e a implementação de um modelo de segurança integrada permitirão a Portugal mitigar riscos emergentes e garantir a estabilidade interna e externa (J.M. Sousa, *op. cit.*). Em face da sua localização e infraestruturas (v.g. centros de dados, ancoragem de cabos submarinos, etc.) Portugal pode-se tornar um líder regional em ciberdefesa, sendo importante desenvolver um centro de ciberdefesa robusto - em colaboração com as agências de cibersegurança da OTAN e UE -, forças de ciberdefesa, e fomento do treino de especialistas em parceria com empresas de tecnologia de ponta (E.M. Ferrão, *op. cit.*)

**Participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional.** O fortalecimento da cooperação internacional e das alianças estratégicas desempenha um papel central na valorização do espaço de soberania português.

<sup>23</sup> O reforço de meios navais mais modernos permitirá um controlo mais eficaz do Atlântico; o investimento em sistemas autónomos, reforçará a deteção e mitigação de ameaças convencionais e híbridas, enquanto a presença naval contribuirá para a projeção de força e proteção dos interesses estratégicos nacionais e aliados (J.M. Sousa, *op. cit.*).

<sup>24</sup> O reforço de meios aéreos mais modernos irá permitir uma melhor presença, dissuasão e capacidade de vigilância aérea, realçando-se também neste domínio a extensão de radares de C2 aos Açores, e o desenvolvimento da capacidade espacial, incluindo a vigilância por satélite do Atlântico (S. Pereira, entrevista presencial, 11 de março de 2025).

<sup>25</sup> A modernização dos sistemas de armas terrestres é importante para a vigilância terrestre, para a defesa dos arquipélagos e para a proteção de infraestruturas, realçando-se ainda a defesa antiaérea, com sistemas de armas e radares para monitorização do espaço aéreo terrestre e do Atlântico (E.M. Ferrão, *op. cit.*).

A participação ativa em operações conjuntas e exercícios militares da OTAN e da UE reforça a posição de Portugal como parceiro confiável e relevante na Segurança e Defesa euro-atlântica. Por outro lado, o estreitamento das relações com aliados estratégicos e a promoção da segurança cooperativa, especialmente em regiões adjacentes ao flanco Sul da Aliança contribuirá para a estabilidade regional (v.g. através do apoio a operações de estabilização e gestão de crises), para a capacitação de forças parceiras e proteção das rotas comerciais.

Portugal pode ainda aumentar a sua visibilidade e relevância, liderando novas iniciativas de cooperação em Segurança e Defesa em áreas como o combate ao terrorismo, migração ilegal e segurança de infraestruturas, em especial as relacionadas com recursos energéticos (E.M. Ferrão, *op. cit.*).

A participação ativa nestas iniciativas e noutros projetos internacionais<sup>26</sup> promove a interoperabilidade aliada e potencia a indústria e conhecimento nacional. A “valorização do potencial científico e industrial nacional, através da intensificação das parcerias entre o setor da defesa, a academia e a indústria, com vista ao desenvolvimento de soluções tecnológicas de uso dual, contribui para a autonomia estratégica da UE e para a modernização do instrumento militar nacional” (J.N. Fonseca, *op. cit.*).

## 5. Conclusões

O contexto estratégico mudou substancialmente nos últimos anos. Contudo, tal como no passado, em contextos de desafios e de instabilidade, a morfologia triangular do espaço de soberania nacional assume um papel estratégico relevante na segurança euro-atlântica. Neste quadro, em que na OTAN e na UE é assumida a necessidade de uma maior capacitação do setor da defesa na Europa, é fundamental que Portugal assuma a sua relevância estratégico-militar no cumprimento das suas responsabilidades coletivas, em que a defesa do seu espaço de soberania representa seguramente um compromisso de que não pode abdicar.

Neste enquadramento, a presente investigação centrou o seu objeto no espaço de soberania português, visando as medidas estratégico-militares que possam contribuir para a sua maior relevância para a OTAN e UE. Para tal, o **procedimento metodológico** que foi seguido baseou-se numa abordagem dedutiva ao processo de raciocínio. A estratégia de investigação assentou em metodologias qualitativas e, no âmbito do desenho de pesquisa, elegeu-se o estudo de caso. Além da análise documental, o principal instrumento de recolha de dados foi a entrevista qualitativa semiestruturada, feita a especialistas e decisores nacionais. Para análise dos dados recorreu-se principalmente às “provas da estratégia” – *adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade*.

Quanto aos **resultados obtidos**, importa enquadrá-los no problema de investigação em causa, em particular com os respetivos objetivos e questões associadas.

---

<sup>26</sup> Como por exemplo, o Plano *ReArm Europe/Prontidão 2030*, da UE, ou iniciativas da OTAN como o *Multinational Ammunition Warehousing Initiative (MAWI)*, o *Remotely Piloted Aircraft Systems (RPAS)*, o *Maritime Uncrewed Systems (MUS)*, ou o *Command and Control Capability for Surface Based Air and Missile Defence for the Battalion and Brigade Level (SBAMD C2 Layer)*, projetos nos quais Portugal participa (OTAN, 2025b).

O OE1 visava a análise das potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE, tendo para tal sido formulada a QD1 – **De que forma o espaço de soberania português é estrategicamente relevante para a OTAN e para a UE?**

Dos resultados obtidos releva o contributo do espaço de soberania português para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE, em quatro áreas: 1) agressão militar e conflitos geopolíticos; 2) ameaças híbridas e cibernéticas; 3) terrorismo e crime organizado; 4) mudanças climáticas e crises humanitárias.

No âmbito da agressão militar o espaço de soberania português pode desempenhar três importantes funcionalidades estratégicas em favor da OTAN e UE. **Vigilância e monitorização do Atlântico**, contribuindo para a dissuasão, proteção de rotas marítimas, controlo do espaço aéreo e mitigação de ameaças híbridas; **enablement e mobilidade militar**, através da disponibilização das infraestruturas aeroportuárias, de campos militares e, dessa forma, facilitando a sustentação, trânsito e projeção de forças aliadas; e **profundidade estratégica e envolvimento nacional**, em resultado da sua localização relativamente afastada dos teatros de conflito no centro e leste da Europa, mas também da participação de forças de combate portuguesas no âmbito do conceito DDA.

No âmbito das ameaças híbridas, o espaço de soberania pode desempenhar duas importantes funcionalidades. **Combate às ameaças híbridas**, em virtude da sua localização atlântica e das infraestruturas críticas que alberga, em particular nos domínios marítimo, do ciberespaço ou espacial; e **promoção da resiliência**, em setores como a energia, transportes, infraestruturas digitais e espaço, sendo entendido que os esforços individuais nacionais para robustecimento da resiliência tornam a OTAN e a UE coletivamente mais fortes.

No âmbito do **combate ao terrorismo e crime organizado**, o espaço de soberania nacional tem uma relevância considerável. Na UE contribui significativamente para a defesa das fronteiras externas da União; na OTAN – no quadro da abordagem de 360° à dissuasão e à defesa, e da iniciativa *NATO Hub for the South* – pode ter um papel marcante na prevenção de conflitos, na luta contra o terrorismo, ou no desenvolvimento socioeconómico de países africanos.

No âmbito da **mitigação das alterações climáticas**, pela extensão da sua linha de costa, posição biogeográfica, e capacidades e conhecimentos científicos que possui nesta área, tem um papel relevante nas organizações internacionais que integra, contribuindo ativamente para os mecanismos e iniciativas de proteção ambiental, procurando também mobilizar a comunidade internacional na procura de soluções globais.

O OE2 visava a análise da capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos, tendo para tal sido formulada a QD2 – **Em que medida o instrumento militar nacional está apto para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos?**

Dos resultados obtidos constata-se que a estratégia militar nacional **é adequada nos fins**, refletindo corretamente os desafios estratégicos e os compromissos internacionais; é

**aceitável quanto aos métodos**, que têm o devido enquadramento legislativo, são compatíveis com os compromissos internacionais e respeitam a doutrina OTAN em vigor; **quanto à sua exequibilidade, existe insuficiência** de meios em três áreas: nos meios financeiros, nos recursos humanos e nos equipamentos e capacidades necessárias para a defesa do espaço de soberania – principalmente em determinadas áreas – o que implica maior necessidade de investimento no setor da Defesa.

Por fim, o OC e a QC associados ao presente problema de investigação envolviam a **proposta de medidas estratégico-militares que poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE**.

Neste sentido, foi possível identificar um conjunto de propostas estratégico-militares, visando fundamentalmente a valorização do instrumento militar nacional no seu papel de promoção da relevância do espaço de soberania português, particularmente, no contributo para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE.

O **reforço e modernização do instrumento militar nacional** é importante na proteção da fronteira ocidental da Europa, no cumprimento credível das obrigações internacionais e projeção da utilidade do espaço de soberania português para a defesa e segurança coletiva, sendo para tal necessário um instrumento militar nacional competente e equilibrado nas suas capacidades e meios.

O **reforço da presença e vigilância no Atlântico** é fundamental para a dissuasão e combate das ameaças e desafios à segurança euro-atlântica, para a mitigação de riscos globais, para a monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo, bem como para a proteção das infraestruturas de comunicações e energia, sendo para tal essencial o reforço da presença militar, respetiva proteção, e da capacidade de vigilância marítima, aérea e terrestre.

O **desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas**, como as bases e campos militares, podem contribuir para o *enablement* e mobilidade militar aliada, para uma melhor capacidade de projeção de poder e para a profundidade estratégica na Europa. A criação de um *hub* logístico da OTAN em Portugal, a modernização das infraestruturas militares e o estabelecimento de centros de treino de alta capacidade para operações conjuntas, podem contribuir para a relevância neste âmbito.

No âmbito da **ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas**, pelos seus impactos para o país, para a OTAN e UE, é necessário promover a sua mitigação e também a resiliência nacional, principalmente no âmbito das infraestruturas críticas e sistemas de informação. O desenvolvimento de sistemas de aviso antecipado, o reforço da capacidade de ciberdefesa e a implementação de um modelo de segurança integrada permitirão a Portugal mitigar riscos emergentes e garantir a estabilidade interna e externa.

A **participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional** desempenha um papel central na valorização do espaço de soberania português. De entre as diversas medidas e iniciativas realça-se: a participação em *operações conjuntas e exercícios militares internacionais*, reforçando a posição de Portugal como parceiro confiável e relevante; a promoção da *segurança cooperativa*, principalmente no flanco Sul da Europa contribuindo

para a estabilidade regional, proteção das rotas comerciais, capacitação de forças parceiras e combate a ameaças transnacionais; a participação ativa nestas iniciativas internacionais promove ainda a *interoperabilidade aliada* e potencia a indústria e conhecimento nacional.

Os **principais contributos para o conhecimento** da presente investigação situam-se fundamentalmente em três domínios: 1) na identificação das principais funcionalidades estratégicas do espaço de soberania português no atual contexto estratégico, especialmente no seu contributo para o combate às ameaças para a OTAN e UE; 2) no aprofundamento do conhecimento relativo à atualidade da estratégia militar nacional em vigor; e 3) no desenvolvimento de contributos estratégico-militares nacionais para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE.

As principais **limitações/problemas** na elaboração da presente investigação situaram-se no âmbito da recolha de informação. Não foi possível efetuar algumas das entrevistas previstas no projeto de investigação, incluindo entidades oficiais da OTAN e UE, o que obrigou a encontrar opções alternativas. Também a opção pela entrevista qualitativa semiestruturada baseada em guião, apesar da riqueza que sempre aportam as questões abertas, revelou limitações ao nível do posterior tratamento de informação, pela heterogeneidade de algumas respostas.

Em termos de **estudos futuros**, em face das opções metodológicas tomadas (associadas à delimitação de conteúdo e não utilização de documentação classificada), da volatilidade do atual ambiente estratégico e das dinâmicas de Defesa e Segurança em curso na Europa, julga-se pertinente aprofundar a investigação nas seguintes áreas: 1) estudo dos teatros de operações nacionais no âmbito da defesa coletiva da Europa; 2) a promoção do *enablement* e mobilidade militar aliada em Portugal; e 3) a importância geopolítica do espaço de soberania português para os EUA e para a China na atualidade.

### Referências bibliográficas

- Allied Maritime Command. (2024). NATO keeps a close watch over Russian maritime activity [Página online]. <https://mc.nato.int/media-centre/news/2024/nato-keeps-a-close-watch-over-russian-maritime-activity>
- Agência Espacial Portuguesa. (2018). *Estratégia Nacional Portugal Espaço 2030*. [https://ptspace.pt/wp-content/uploads/2020/11/PortugalSpace2030\\_PT.pdf](https://ptspace.pt/wp-content/uploads/2020/11/PortugalSpace2030_PT.pdf)
- Agência Espacial Portuguesa. (2024). ESA escolhe Santa Maria para receber o voo inaugural do Space Rider [Página online]. <https://ptspace.pt/pt/esa-escolhe-santa-maria-para-receber-o-voo-inaugural-do-space-rider/>
- Andrade, J. C. R., Santos, R. J. R. P., & Correia, J. M. P. C. (Coord.) (2019). *Contributos para o Planeamento Estratégico Militar: Metodologias e Ferramentas de Apoio* (Vol. II). Coleção "Ares", 31. Instituto Universitário Militar.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2024a). *Relatório do Estado do Ambiente 2024 – REA 2024*. [https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA\\_2024\\_Final\\_22\\_out\\_2024.pdf](https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA_2024_Final_22_out_2024.pdf)
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2024b). *Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)*. [https://apambiente.pt/sites/default/files/\\_Clima/20241118\\_pnec2030\\_para\\_aprov\\_ar.pdf](https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/20241118_pnec2030_para_aprov_ar.pdf)

- Barros, J., & Bernardino, L. (2025). *Como aumentar a Resiliência dos Cabos Submarinos nas Águas Portuguesas?* [https://oeid.pt/wp-content/uploads/2025/02/Como\\_aumentar\\_a\\_Resiliencia\\_dos\\_Cabos\\_Submarinos\\_nas\\_Aguas\\_Portuguesas\\_07Fev25.pdf](https://oeid.pt/wp-content/uploads/2025/02/Como_aumentar_a_Resiliencia_dos_Cabos_Submarinos_nas_Aguas_Portuguesas_07Fev25.pdf)
- Borges, J. V. (2024). A Guerra na Ucrânia e o Poder Terrestre. *Jornal do Exército* (740), 18-25.
- Carvalho, V. (1987). *Cumprir agora Portugal*. Difel.
- Carvalho, V. (1995). *A importância do mar para Portugal*. IDN.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014a). *Missões das Forças Armadas MIFA 2014. (Aprovado pelo CSDN de 30 de julho de 2014)*. Autor.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014b). *Conceito Estratégico Militar CEM2014. (Aprovado pelo MDN em 22 de julho de 2014 e confirmado em CSDN de 30 de julho de 2014)*. Autor.
- Couto, A. C. (2004). Uma nova base conceptual para a estratégia. Em: Fernandes A.H., & Abreu F., *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial* (pp. 215-230). Sílabo.
- Covington, S. R. (2023). NATO's Concept for Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area (DDA) [Página online]. <https://www.belfercenter.org/publication/natos-concept-deterrence-and-defence-euro-atlantic-area-dda>
- Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. (2023). *Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*: [https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN\\_teste.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf)
- Cruz, P. M. (2023). *O Pensamento Estratégico Estruturado, na Sua Fundamentação Ôntica e Epistemológica do Planeamento de Forças Terrestres*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Instituto Universitário Militar.
- Deni, J. R. (2024). *The new NATO Force Model: ready for launch?* <https://www.ndc.nato.int/download/downloads.php?icode=819>
- Decreto-Lei n.º 64/2004, de 30 de setembro (2024). *Procede à valorização das posições remuneratórias dos militares dos ramos das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, 189, 1-4. Presidência do Conselho de Ministros.
- Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional. (2023). *Relatório da Execução da Lei de Programação Militar – 2022*. <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=bJwq0CBfbHQfiOb%2fgd2LGr0N5K3jY5hnue2%2fDdVE3crbv289GGW76tZSAuzLo%2boymJzNR9vLVCOzSP8fM4%2fU1y3u%2fNDIOR74IUEoUx%2bYahKjjxvZxp%2bGvpOt5A9bem4HAX%2fhfbzYqD8kQIAiSyzKGz9K5T%2bOLTPqoQ8BHAYORKI1ra08gQI1BkDv>
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2023). *Diretiva estratégica do EMGFA 2023-2026*. <https://www.emgfa.pt/pt/quem-somos/Documents/2023%20DEEMGFA%2023-26.pdf>
- Escorrega, L. C. (2009). *A segurança e os "novos" riscos e ameaças: perspectivas várias*. *Revista Militar* (2491/2192), pp. 1-29. <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/499>
- Escorrega, L. C. (2010). Da importância geopolítica e geoestratégica dos Açores no actual contexto estratégico. *Revista Militar* (2497/2498), pp. 203-239. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/557>

- Escorrega, L. F. (2013). Teorização sobre estratégia militar: âmbito, objeto e planeamento. Em: Garcia F.P., & Lousada A.P. (Coord.), *Da história militar e da estratégia: estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos* (pp. 237-248). Estado-Maior do Exército.
- Fernandes, M. (2014). Geopolítica do Atlântico: a actualidade do Triângulo Estratégico Português. Em Graça P. B., & Martins P. (Coord.), *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica* (pp. 123-137). Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Gomes, T. R. (2022). As funções estratégicas dos Açores: uma tipologia. *Revista Portuguesa de Ciência Política* (18), pp. 137-156. doi: 10.59071/2795-4565.RPCP2022.18
- Jacinto, A. J. (2023). *Regresso aos Conflitos de Alta Intensidade: Impacto na Estratégia Militar Terrestre*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Instituto Universitário Militar.
- Leal, J. (2007). Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação. *Revista Militar* (2463), pp. 825-875. <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/193>
- Ledo, P. (2024). Cibercrime em Portugal: a ameaça invisível e em expansão [Página online]. <https://www.sabado.pt/opiniao/convidados/pedro-ledo/detalhe/cibercrime-em-portugal-a-ameaca-invisivel-e-em-expansao>
- Loureiro, J. C. (2023). *O Planeamento da Política de Defesa Nacional*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Instituto Universitário Militar.
- Lykke, A. (2001). Toward an understanding of military strategy. Em Cerami J. R., & Holcomb J. F., *U.S. Army War College Guide to Strategy* (pp. 179-185). USAWC.
- Manen, H., Wijk, K., Dick, E., & Sweijs, T. (2022). *The Dutch Foreign Relations Index: Version 2*. <https://hcss.nl/wp-content/uploads/attachments/DFRI%20Methodology%20Final.pdf>
- Monaghan, S., Jakobsen, E., Martinez, S., Droin, M., Sanders, G., Velazquez, N., Sockwell, M. (2024). *Is NATO Ready for War?* [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2024-06/240611\\_Monaghan\\_Ready\\_War\\_0.pdf?VersionId=UO.QCdGxKL2h\\_hyPiZN8qalWtWAJ\\_YD](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2024-06/240611_Monaghan_Ready_War_0.pdf?VersionId=UO.QCdGxKL2h_hyPiZN8qalWtWAJ_YD)
- Moreira, A. (1999). *Teoria das Relações Internacionais* (3ª ed.). Almedina.
- Moreira, A. (2003). Encontros e Desencontros na História das Nações Ibéricas. *Cadernos Navais* (6), 5-16.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2021). NATO 2030 [Página online]. <https://www.nato.int/nato2030/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2022). NATO Strategic Concept 2022 [Página online]. [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_210907.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_210907.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023a). NATO Warfighting Capstone Concept [Página online]. <https://www.act.nato.int/our-work/nato-warfighting-capstone-concept/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023b). Resilience in NATO [Página online]. <https://www.act.nato.int/article/resilience-in-nato/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023c). Multi-Domain Operations in NATO – Explained [Página online]. <https://www.act.nato.int/article/mdo-in-nato-explained/>

- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024a). Deterrence and defence [Página *online*]. [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_133127.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024b). Countering hybrid threats [Página *online*]. [https://www.nato.int/cps/ru/natohq/topics\\_156338.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/ru/natohq/topics_156338.htm?selectedLocale=en)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024c). Resilience, civil preparedness and Article 3. [Página *online*]. [https://www.nato.int/cps/uk/natohq/topics\\_132722.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/uk/natohq/topics_132722.htm?selectedLocale=en)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024d). *Independent expert group supporting NATO's comprehensive and deep reflection process on the southern neighbourhood, final report*. [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2024/5/pdf/240507- NATO-South-Report.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2024/5/pdf/240507- NATO-South-Report.pdf)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2025a). NATO's role in logistics [Página *online*]. [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_61741.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_61741.htm?selectedLocale=en)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2025b). Multinational capability cooperation [Página *online*]. [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_163289.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_163289.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (s.d.) About the NATO strategic direction - South hub [Página *online*]. <https://thesouthernhub.org/about>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2025). Agência para o clima: um novo impulso para a sustentabilidade em Portugal [Página *online*]. <https://www.sg.pcm.gov.pt/a-sgpcm/noticias/2025/marco/agencia-clima/>
- Radovic, S., & Rendek, P. (2024). *Portugal: a global interconnection hub, a gateway to Europe, a gateway to the world*. <https://atlantic-convergence.net/wp-content/uploads/2024/05/2024-DE-CIX-study-Portugal-a-global-interconnection-hub-FINAL.pdf>
- Ramalho, J. L. (2023). Reflexões Sobre a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional em vigor. *Revista Militar* (2655), 245-255.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 06 de maio (2021). *Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030*. Diário da República, 1ª Série, 108, 23-62. Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, A. S. (2025). A paz pela força [Página *online*]. <https://expresso.pt/opinioao/2025-03-31-a-paz-pela-forca-00ac65bb>
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Almedina.
- Santos, J. L. (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Fundação Manuel dos Santos.
- Sollfrank, A., & Boeke, S. (2024). Enablement and Logistics as Critical Success Factors for Military Operations: Comparing Russian and NATO Approaches. *The RUSI Journal*, 169(7), pp. 10–22. doi: 10.1080/03071847.2024.2434137
- Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024>
- União Europeia. (2022). *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa*. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/pt/pdf>

- União Europeia. (2023a). *Estratégia de Segurança Marítima da UE (revista)*. <https://www.consilium.europa.eu/media/67499/st14280-en23.pdf>
- União Europeia. (2023b). Espaço, segurança e defesa [Página *online*]. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/space-security-and-defence>
- União Europeia. (2024). Como está a UE a reforçar a sua cibersegurança [Página *online*]. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cybersecurity/>
- União Europeia. (2025a). *Livro Branco sobre a Defesa Europeia — Prontidão 2030*. [https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/30b50d2c-49aa-4250-9ca6-27a0347cf009\\_en?filename=White%20Paper.pdf](https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/30b50d2c-49aa-4250-9ca6-27a0347cf009_en?filename=White%20Paper.pdf)
- União Europeia. (2025b). Ameaças híbridas [Página *online*]. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/hybrid-threats/#response>
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st Century: the little book on big strategy*. USAWC.

# APÊNDICES

## Apêndice A — Corpo de conceitos enquadrantes

**Aceitabilidade** – relaciona-se com os métodos escolhidos para consecução da estratégia, apurando se os resultados podem ser atingidos sem custos excessivos de recursos e dentro de parâmetros aceitáveis de conduta (Yarger, 2006, p. 70).

**Adequabilidade** – relaciona-se com os fins a atingir, e pretende verificar se a estratégia definida atinge os objetivos estabelecidos (Yarger, 2006, p. 70).

**Ameaça** – qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções (Escorrega, 2009).

**Ameaças híbridas** – referem-se geralmente a atividades que são planeadas e realizadas com fins maliciosos, comprometendo Estados e instituições através de uma variedade de meios, muitas vezes combinados, incluindo manipulação da informação, ciberataques, influência ou coação económicas, manobras políticas dissimuladas, diplomacia coerciva ou ameaças de força militar (UE, 2025b).

**Capacidade militar** – conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (CCEM, 2014b, p. 38).

**Espaço estratégico de interesse nacional permanente** – espaço que corresponde ao TN compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional (CCEMb, 2014, p. 12).

**Estratégia** – ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico) (Couto, 2004, p. 215).

**Exequibilidade** – relaciona-se com os meios existentes e verifica se a estratégia se pode realizar com os recursos disponíveis ou acessíveis (Yarger, 2006, p. 70).

**Multidomínio** – conceito definido pela OTAN envolvendo a orquestração de atividades militares em todos os ambientes e domínios (marítimo, terrestre, aéreo, espacial e ciberespaço), sincronizadas com atividades não-militares, permitindo alcançar os resultados desejados no momento e local certos, através de opções que - de uma forma decisiva - criam vantagens às forças aliadas e apresentam dilemas aos adversários (OTAN, 2023c).

**Resiliência** – capacidade nacional e/ou coletiva para preparar, resistir, responder e recuperar rapidamente contra choques e perturbações estratégicas, em todo o espectro de ameaças. (OTAN, 2023b).

**Riscos** – eventos não intencionais, com impacto estratégico (CCEM, 2014, p. 8).

**Segurança cooperativa** – regime de segurança associado à prevenção de conflitos e à vontade de cooperar entre adversários potenciais, encorajando a adoção de medidas que permitam prevenir, reduzir, conter ou resolver ameaças militares suscetíveis de levar a uma guerra (Escorrega, 2009).

## Apêndice B — Entidades entrevistadas

Quadro 4 – Lista de entidades entrevistadas

	ENTIDADE	NOME	MODALIDADE	DATA	GUIÃO
E1	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)	GEN José Nunes da Fonseca	E-mail	24Abr25	A
E2	Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA)	ALM Jorge Manuel Nobre de Sousa	E-mail	28Mar25	A
E3	Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME)	GEN Eduardo Manuel Mendes Ferrão	E-mail	10Abr25	A
E4	Chefe da Representação Militar junto da OTAN e da UE (MILREP)	TGEN Paulo José Reis Mateus	Videochamada	20Fev25	A
E5	Comandante Operacional da F. Aérea	TGEN Sérgio Pereira	Presencial	11Mar25	A
E6	Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)	TGEN Nuno Lemos Pires	Presencial	19Fev25	A
E7	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DIPLAEM)	BGEN Fernando Leitão	Presencial	14Fev25	A
E8	Especialista Militar: Ex-CEMA	ALM António Silva Ribeiro (Ref)	E-mail	01Mar25	A
E9	Especialista Militar: Ex-CEME	GEN Pinto Ramalho (Ref)	Videochamada	26Fev25	A
E10	Especialista Militar: Professor Universitário	MGEN Vieira Borges (Res)	E.mail	19Fev25	A
E11	Especialista Militar: Professor Universitário	COR Luis Bernardino (Res)	E-mail	20Mar25	B
E12	Especialista Civil: Diplomata	*	Chamada telefónica	27Fev25	B
E13	Especialista Civil: Professor Universitário	Prof. Doutor António Telo	Presencial	07Mar25	B
E14	Especialista Civil: Professor Universitário	Prof. Doutor José Palmeira	E-mail	31Mar25	B

\* - Solicitou anonimato.